

SEGUE A MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE DEMANDANTE.

Ao  
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia TRE/BA  
A/C: Sr.(a) Pregoeiro(a)

Assunto: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2022

**A CENTRAL NACIONAL UNIMED - COOPERATIVA CENTRAL**, com sede na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 02.812.468/0001-06 e registrada na ANS sob o nº 339679, situada na Alameda Santos, 1826 Cerqueira César CEP 01418-102, vem respeitosamente, com fulcro no Edital epigrafado, apresentar à V.Sa.

### **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

Quanto aos termos do EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 06/2022, conforme segue:

1. O pagamento da Nota Fiscal mensal poderá ser feito por meio de boleto bancário? Poderá a Contratada utilizar o sistema de emissão e consulta da Nota Fiscal da Prefeitura, o qual deverá ser acessado mensalmente pela Contratante para download do arquivo da Nota Fiscal?

**RESPOSTA:** Conforme os subitens do edital a seguir descritos, os pagamentos serão realizados mediante ordem bancária, com o crédito na conta corrente indicada na fatura. 17.1.O pagamento será efetuado na forma e prazo estabelecidos no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.17.2.

A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento. TERMO DE REFERÊNCIA 9. PAGAMENTO9.

3. A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento

**RESPOSTA: SIM.** Considerando que o serviço a ser prestado se enquadra, SMJ, como plano de saúde, a empresa pode apresentar o boleto bancário, conforme previsto acima, deduzindo 9,45% (IR, CSLL, PIS e COFINS), nos termos do inciso I, art. 33, da referida IN e 5% de ISS, vez que a alíquota anteriormente adotada (2%) na Tabela de Receitas do Município de Salvador foi revogado pelo art. 18 da Lei nº 9.279, de 28/09/2017.

O ISS deve ser retido e recolhido em favor do município de Salvador-BA, em decorrência do previsto no artigo 3º, inciso XIII, da Lei Complementar 116/2013, *in verbis*:

Art. 3º O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local: (Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016) (Vide ADIN 3142)

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09; (Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016)

4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres. (Vide Lei Complementar nº 175, de 2020)

Em resumo, a empresa pode apresentar boleto bancário desde que deduza do valor bruto os tributos a serem retidos.

2. A rede credenciada/guia médico poderá ser disponibilizado através de meios eletrônicos, tais como site e aplicativo de celular?

**RESPOSTA:** SIM

3. De acordo com o item 7.6 do Termo de Referência ao Edital, é vedada a subcontratação do objeto do contrato. Podemos entender que não será considerada como subcontratação do objeto, a disponibilização aos beneficiários de rede de atendimento credenciada à contratada para a prestação dos serviços de assistência à saúde, correto?

**RESPOSTA:** SIM

4. O número de leitos para atendimento do plano com quarto coletivo é definido pela Unidade Hospitalar, não sendo possível a operadora determinar a quantidade máxima de leitos de enfermaria. Podemos entender que a exigência do item 3.1.10.1 do Termo de Referência é apenas exemplificativa?

**RESPOSTA:**

Não. Uma vez que conforme o subitem 3.1.10.2, há previsão, inclusive, de que “caso não haja enfermaria com no máximo de 3 (três) leitos, o beneficiário terá direito à acomodação referente o Plano Superior”

5. O Anexo II Orçamento Estimativo, possui tabela com a indicação dos valores estimados por faixa etária. Nesse passo, questionamos se os valores por faixa etária poderão ser maiores que aqueles ali.

**RESPOSTA:** Não. Vide as condições 10.1.3. e 10.4. do instrumento editalício, que seguem abaixo transcritas *ad litteram*: SEÇÃO X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA E DO ENVIO DA PROPOSTA-PADRÃO:

**10.1.3.** Também não será desclassificada a proposta quando o preço global for aceitável, mas o valor unitário necessitar ser ajustado ao valor estimado pela Administração.

**10.4.** Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

Nesse sentido, vide ainda a condição 10.1.1. que trata do envio da proposta-padrão: “A licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar, via convocação de anexo, no prazo máximo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do pregoeiro, a proposta-

padrão ajustada ao lance final, conforme Anexo III deste Edital, sob pena de recusa da proposta.”

6. O item 3.3.2 do Termo de Referência estabelece que os beneficiários incluídos fora do prazo de 30 dias do fato gerador, cumprirão períodos de carência. O item 3.3.2.3. estabelece o prazo de carência de 90 dias para a realização de determinados exames. Questionamento: Para os demais exames, qual prazo será cumprido? 180 dias? Caso positivo, essa informação não está expressa no Edital e pode levar a interpretações de que não estariam sujeitos a carências.

**RESPOSTA:**

Estando omissos o Termo de Referência a esse respeito, aplica-se a regra contida no subitem 14.1. do referido Termo: 14.1. Aplicam-se a este Termo de Referência e aos casos omissos os recursos operacionais do sistema eletrônico ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), a Lei 10.520/2002, o Decreto 10.024/2019, a Lei Complementar 123/2006, o Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, as Leis 8.666/1993, 9.656/1998 e 9.961/2000, as Resoluções Normativas CONSU/ANS 13/1998, 15/1999 e as Resoluções Normativas DICOL/ANS 63/2003, 124/2006, 195/2009, 200/2009, 204/2009, 259/2011, 347/2014, 395/2016, 424/2017 e 428/2017, sem prejuízo das demais normas editadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS

7. O item 4.1.5. do Termo de Referência prevê que o COEDE pode rejeitar parte ou todo o objeto contratado que não obedecer ao Termo de Referência. Questionamento: Qual a consequência em caso de rejeição?

**RESPOSTA:** Não será considerado para qualquer fim

8. O item 8.6. do Termo de Referência estabelece que a Contratada fará jus à integralidade dos efeitos financeiros desde que venha a requerer o reajuste até o término da vigência contratual ou, se houver, até a data da prorrogação contratual subsequente, sob pena de preclusão. Questionamento: Se solicitarmos no fim da vigência, o pagamento do reajuste será retroativo? Favor esclarecer.

**RESPOSTA:**

Sim. Solicitado até o término da vigência contratual. O pagamento do reajuste será feito retroativamente.

9. O item 8.7. do Termo de Referência prevê que a Contratada não terá direito ao reajuste em caso de prorrogação contratual se não houver inclusão de cláusula resguardando tal direito. Questionamento: Se ao final do prazo de 30 meses decidir-se pela prorrogação, mas não houver cláusula de reajuste na próxima data base, o contrato não poderá ser reajustado? Favor esclarecer.

**RESPOSTA:**

De acordo com manifestação do TCU, “**o estabelecimento dos critérios de reajuste dos preços, tanto no edital quanto no instrumento contratual, não constitui discricionariedade conferida ao gestor, mas sim verdadeira imposição, ante o disposto nos artigos 40, inciso XI, e 55, inciso III, da Lei 8.666/93 – acórdão 2.804/2010 – Plenário**”. (TCU, Acórdão nº 2.205/2016, Plenário, Rel. Min. Ana Arraes, DOU de 01.09.2016 – grifamos.). Sendo assim, faz-se imperioso o reajuste,

independente da previsão de cláusula específica, devendo-se adotar índice oficialmente previsto.

10. O item 8.12. do Termo de Referência estabelece que a Contratada fará jus à integralidade dos efeitos financeiros desde que venha a requerer a revisão até 120 (cento e vinte) dias após o prazo estabelecido no item 8.8, sob pena de preclusão. Questionamento: O reajuste financeiro deve ser requerido após o prazo de 12 meses? A aplicação do reajuste não será no mês de aniversário do contrato?

**RESPOSTA:**

Os itens 8.8 e 8.12.do Termo de Referência tratam de hipótese de revisão contratual, que difere de reajuste. Pelo texto expresso, a revisão deverá ser requerida no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir do transcurso do prazo de 12 meses fixados no item 8.8. Não há que se confundir, assim, os institutos do reajuste e da revisão.

11. O item 12.2 do Termo de Referência estabelece que a contratada dará conhecimento da Política de privacidade do TRE aos seus colaboradores. Assim, solicitamos o envio da íntegra da Política de Privacidade do TRE-BA para prévia análise.

**RESPOSTA:** Esse documento será enviada à CONTRATADA, após a formalização da avença.

São Paulo-SP, 9 de fevereiro de 2022.

Atenciosamente,

CENTRAL NACIONAL UNIMED

Nivia Borges

Relacionamento e Negócios PME e Adesão / Licitações

nivia.borges@centralnacionalunimed.com.br

Fone: 11 3268-7406 / 11 97693-3163